



Colonialidade, apropriação da terra e resistências de mulheres camponesas através da agroecologia

Josiane Carine Wedig¹

Resumo

Neste ensaio apresento uma análise sobre as transformações provocadas pela agricultura colonial/moderna/capitalista, a partir das *plantations*, na vida de povos e na subordinação de mulheres. Parto da perspectiva decolonial e dos estudos feministas da ciência e da tecnologia, produzindo uma discussão sobre a separação dicotômica entre humanos e natureza, racional e irracional, homens e mulheres dentre outras. De acordo com Donna Haraway (2016), a partir do colonialismo, foram instituídos processos como o Plantationoceno, o Capitaloceno e o Antropoceno, que produziram transformações devastadoras do planeta, oriundas de formas extrativas em que a maioria das reservas da terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas e exauridas, destruindo os espaços-tempos de refúgio para as pessoas e os outros seres. A agricultura das *plantations* está centrada nas monoculturas e nas *commodities* para o comércio internacional de abastecimento dos países centrais do sistema mundo colonial moderno. Esse modelo se alicerçou na violência do trabalho escravo, marcado pela exploração de povos indígenas da América e da África. Além disso, constituiu o latifúndio, a concentração de terra e o controle do poder econômico e político nas mãos de um número reduzido de homens, brancos, europeus e cristãos. Anna Tsing (2015) define as *plantations* como sistemas de produção realizados por mão de obra de não proprietários e direcionados à exportação, nas quais as plantas cultivadas são exóticas e o trabalho é realizado à força por meio da escravização ou da extrema precarização. Para a autora, a empresa monocultora foi o motor da expansão europeia, da produção de riqueza e o *modus operandi* desse domínio. Como contraponto a esse modelo de agricultura extrativa – dos corpos, do trabalho e da biodiversidade –, discuto a agroecologia enquanto prática, movimento e ciência, que passa a conectar conhecimentos ancestrais de agri-culturas, nos quais o protagonismo de mulheres camponesas é central. A agroecologia pode apontar caminhos para compreendermos questões de gênero, ciência, tecnologia e relações entre humanos e extra-humanos.

Palavras-chave: colonialismo, colonialidade, plantations, agroecologia, mulheres camponesas

¹ Professora do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Introdução

Neste ensaio², proponho analisar as consequências da colonialidade/modernidade sobre os modos de existência, os conhecimentos e as práticas de camponesas(es). A análise perpassa o colonialismo, entendido como modelo que forjou violentamente as instituições modernas e foi inscrito nos corpos dos indivíduos, produzindo, também, graves implicações nas agriculturas³. A colonialidade do poder, do saber e do ser, sobrecodificou as diversidades existentes pela produção monocultural de *commodities* e do pensamento. Portanto, colonialismo, modernidade e capitalismo são formações sociais, políticas e econômicas, a partir das quais foi instituído o sistema mundo colonial moderno (Wallerstein 2001; Quijano 2005), que estabeleceu uma divisão geopolítica do mundo em centro e periferia. A origem dessa classificação é marcada pelo “descobrimento” do território que, posteriormente, seria denominado América, em 1492, e que Enrique Dussel (1993) denominou como o processo de en-cobrimento do “outro”, referindo-se ao que ocorreu com os povos não europeus que foram subalternizados no processo de colonização.

Conforme Aníbal Quijano (2005), esse sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de raça, que inaugura uma classificação da população mundial, atribuindo, a uma suposta diferença de estrutura biológica, uma condição de inferioridade de uns em relação a outros, respectivamente não europeus e europeus. O território, que foi denominado América, passa a ser explorado pelas forças coloniais que causaram o genocídio dos povos indígenas e a escravização dos povos africanos – violentamente arrancados de suas terras para realizarem trabalho forçado nas *plantations* –, que serviram ao acúmulo de riqueza para uma parte da população branca europeia. Os colonizadores produziram narrativas para justificar a usurpação de terras e instituíram a propriedade privada, o monopólio e a exploração dos territórios – cujo acesso e herança passou a ser garantida para os homens, brancos, cristãos, com posses.

Segundo Bruno Latour (1994), aqueles que se definiram como modernos, estabeleceram separações dicotômicas entre natureza e sociedade, entre humanos e não humanos, entre

² Não adentrarei aqui uma análise de um caso empírico específico, mas as reflexões que seguem estão alicerçadas em pesquisas com comunidades camponesas que iniciei no ano de 2002 – em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, que seguiram em comunidades camponesas no Vale do Taquari (RS) e com povos e comunidades tradicionais do Paraná, perpassando também a minha atual prática docente na graduação e pós-graduação orientando pesquisas com assentadas, acampadas, mulheres cooperativadas ligadas à agroecologia.

³ O termo agri-culturas é inspirado na análise proposta por Anna Tsing (2019), e mobilizado aqui para referir as múltiplas formas de relações ecológicas entre humanos e extra-humanos que marcam o Holoceno, período de cerca de 12.000 anos em que a humanos, plantas e animais e outros seres formaram modos de vida relacionados.

racional e irracional, entre o que foi considerado como falsos saberes e verdadeira Ciência. Dessa maneira, foi constituída a racionalidade hegemônica, como produto do processo de colonização – no qual “uns se sentiam livres para estudar e categorizar outros” em uma relação que ainda persiste (Stenger 2017), e que seguiu seu percurso com definições posteriores, como a noção de progresso, de evolucionismo social, de crescimento, de desenvolvimento etc., concebidos como linearidade – a flecha do tempo – que tinha a Europa como fim da história universal (Dussel 1993). Esse paradigma está centrado no viés eurocêntrico, antropocêntrico, androcêntrico e patriarcal, cujas consequências podem ser visualizadas nos ecocídios, genocídios e feminicídios que marcaram, intensamente, os últimos quinhentos anos.

Para Maria Lugones (2014: 936), a colonialidade infiltrou em cada aspecto da vida, pela circulação do poder nos níveis dos corpos, no controle do trabalho, na imposição das leis, na introdução da propriedade privada e na consequente expropriação da terra daqueles que nelas viviam, na transformação de grupos humanos e da natureza em recursos. Para a autora, o homem europeu “colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” que se colocou em oposição aos povos de América e África, que foram classificados como não-humanos, considerados “selvagens”, “primitivos” e “bárbaros”. Esse sistema moderno-colonial foi capilarizado pela geopolítica centrada em Estados monárquicos (posteriormente liberais e neoliberais), através do controle instituído sobre os povos e os territórios, mediante a divisão internacional do trabalho (Wallerstein 2001) e o extrativismo (Svampa 2019).

É significativo notar, conforme salienta Isabelle Stengers (2017), que o processo de usurpação de terras e a sua transformação em mercadoria, também ocorreu no contexto europeu, entre os séculos XVI e XVIII, quando famílias camponesas foram expulsas das terras comuns por meio da criação dos *enclosures*, dos cercamentos. Esse alijamento destituiu essas comunidades das terras e provocou uma erosão de seus conhecimentos. Essas pessoas se tornaram mão de obra da indústria nascente ou compuseram as massas de desempregadas (o exército industrial de reserva) nas cidades nascentes.

Sobre esses aspectos, Silvia Federici (2017) demonstra que há uma correlação entre as subjugações de povos ameríndios, africanos e camponeses europeus, marcadas por formas de violência diversas que caracterizam o início do colonialismo, do capitalismo e da modernidade. Nesse contexto, ocorreu um silenciamento das vozes desses povos, cujas histórias passaram a ser, oficialmente, narradas pelos colonizadores e inquisidores. Tanto no “velho” quanto no “novo mundo” grande parte das resistências contra os cercamentos e a apropriação privada da

terra foi feita pelas mulheres, que foram classificadas como bruxas e conduzidas, centenas de milhares delas, às fogueiras, durante os séculos XVI e XVII, acarretando uma ação de controle, aniquilamento e extermínio de seus corpos e de seus modos de existência.

O colonialismo, portanto, destituiu as comunidades indígenas e camponesas da terra e dos seus sistemas locais de saber, submetendo-os a políticas de eliminação e invisibilização, face à imposição do saber ocidental dominante, considerado único e universal (Shiva 2003). Nos termos de Isabelle Stengers (2017: 9), ocorreu uma “operação de erradicação cultural e social”, cometida em nome da civilização e da razão. Desse modo, produziu epistemicídios, que se configuram pela destruição de conhecimentos desses coletivos, associado à eliminação de seus corpos e territórios (Grosfoguel 2016).

O avanço do colonialismo sobre os continentes americano, africano e asiático, provocou sérias consequências para os povos desses locais, que foram perdendo o direito à terra e impedidos de realizarem suas práticas de plantio e colheita, suas celebrações e seus rituais, que incluíam uma diversidade de modos de existência. Ao mesmo tempo, essa lógica colonial/moderna/capitalista é enfrentada por diferentes povos da terra que criam e experienciam formas diversas de agriculturas, ligadas às especificidades de seus ecossistemas.

Esses povos são nominados por uma diversidade de termos locais que eles usam para se autodefinir, como, por exemplo, os nomes dos diversos povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco, assentados e acampados de reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos etc. Eles constituem uma multiplicidade de coletivos, que têm uma intensa relação com a terra, seja aquela em que nasceram ou aquela onde se assentaram em seus processos diaspóricos. São povos que compõem diversidades de mundos, de modos de vida, de formas de resistência e existência, e co-produzem alianças entre humanos e extra-humanos na criação de agri-culturas.

Além disso, eles enfrentam violências, perpetradas pelo Estado e pelos empreendimentos do capitalismo moderno, fundamentalmente, as inúmeras formas de extrativismos – da mineração, do agronegócio, das barragens (Svampa 2019). As agriculturas indígenas e camponesas podem ser compreendidas como aquelas em que há uma intensa relação com a terra, são marcadas por distintos modos de existência – visíveis nos vínculos comunitários e familiares de parentesco, aliança e vizinhança, e nas inter-relações com plantas, animais, solos, água, florestas entre outros. Considerando esses aspectos, discuto as consequências da colonialidade/modernidade nas agri-culturas, tendo em conta o avanço das

plantations sobre os territórios dos povos, analisando as formas de resistências criadas, principalmente, pelas mulheres desses coletivos.

As *plantations* e a destruição dos povos da terra

De acordo com Donna Haraway (2016: 140-144), a partir do colonialismo, são instituídos o “Plantationoceno”, o “Capitaloceno” e o “Antropoceno”, que produziram transformações devastadoras do planeta, oriundas de formas extrativas em que “a maioria das reservas da terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas e [...] exauridas”, destruindo os “espaços-tempos de refúgio para as pessoas e os outros seres”.

O Antropoceno, conforme explicita Marisol de La Cadena (2018: 100), “faz referência à era em que os humanos se tornaram uma força geológica, capaz de destruição planetária”. Também Anna Tsing (2019) define esse período como marcado pelo bloqueio das paisagens multiespécies, pela alteração do clima e pelo aumento das taxas de extinção, processos esses ocasionados pelo projeto moderno das *plantations*, da industrialização, da acumulação capitalista e do controle estatal e imperial sobre os seres. Bruno Latour (2020) define o Antropoceno como perturbação que mobiliza o próprio sistema terrestre.

O Plantationoceno define a era das *plantations*, propagada pelo colonialismo, centradas nas monoculturas e nas *commodities* para o comércio internacional, principalmente para o abastecimento dos países centrais do sistema mundo colonial moderno. Consiste em ecologias simplificadas, que impedem o ressurgimento e que mata os seres que não podem ser transformados em recursos econômicos. Nos termos de Anna Tsing (2019: 235), “as *plantations* disciplinam os organismos como recursos, removendo-os de seus mundos de vida”, padronizando e maximizando a velocidade e a eficiência da replicação de monocultivos. Além disso, é marcado pelo latifúndio, a concentração de terra e o controle do poder econômico e político nas mãos de um número reduzido de homens, brancos, europeus e cristãos.

Esse modelo, centrado na acumulação de capital (Capitaloceno), se alicerçou na violência e exploração de povos de América e África. Anna Tsing (2015: 189) define as *plantations* como “sistemas de plantio ordenado realizado por mão de obra de não proprietários e direcionados à exportação”, nas quais as plantas cultivadas são exóticas e o trabalho é “realizado à força por meio da escravidão”. Para a autora, a empresa monocultora “foi o motor da expansão europeia”, pois as *plantations* “produziram a riqueza – e o *modus operandi* – que permitiu aos europeus dominarem o mundo” - através do mercado de distribuição global de produtos. Mesmo com a abolição da escravatura no século XIX, o modelo de *plantations* não

parou de operar, pois segue perpetuando-se através das formas de exploração e precarização do trabalho, da concentração de terras e do avanço das monoculturas sobre as áreas de florestas, como no caso da Amazônia.

Essa forma de agricultura, ordenada e controlada, segue produzindo lucros enormes, por um lado e, misérias extremas, por outro. Ela teve como base a Ciência Moderna, que lhe atribuiu o rótulo de racional e, com isso, lhe foram outorgadas sacralidade e imunidade sociais frente a outros sistemas de conhecimentos associados às agriculturas de outros povos, ou seja, em nome da Ciência régia, com C maiúsculo, foi atribuído um julgamento à vida de outros povos e aos seus sistemas de conhecimentos – ciências nômades (Stengers 2017). Nesse contexto, os conhecimentos dos povos não europeus foram considerados ineficazes, assim como suas sementes, cultivadas há milhares de anos, foram classificadas como “primitivas” e “inferiores”, mesmo quando seu valor nutricional era comprovadamente maior (Shiva 2003).

Anna Tsing (2019) argumenta que a Ciência Moderna se pauta no excepcionalismo humano e se define pela suposta superioridade em relação às outras espécies, ao invés de instigar questões sobre as interdependências multiespecíficas. Isso é visível no controle científico das *plantations*, nas quais as plantas são coagidas a crescerem sem a interação multiespécies, ocorrendo o controle dos plantios e das colheitas por meio da administração e do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas. Os nutrientes locais dos solos são substituídos por fertilizantes obtidos pela mineração, processados por indústrias químicas, difundindo as suas trilhas de poluição. De acordo com Vandana Shiva (2003), a partir desse saber científico dominante, produz-se uma monocultura mental, análoga à monocultura de plantas, que tenta fazer desaparecer o espaço de alternativas locais da biodiversidade e dos conhecimentos plurais. Desse modo, avança a destruição de espécies e são ocultados milênios de saberes agrícolas de diversos povos camponeses no mundo.

O controle econômico, político, social e ambiental da produção agrícola, intensificou-se nos anos pós-Segunda Guerra Mundial, quando os produtos químicos e máquinas de guerra foram transformados em insumos para a agricultura e, assim, foi instituída a chamada Revolução Verde, ampliando, em escala e velocidade, o modelo moderno-colonial. A produção industrial foi aplicada à agricultura, silvicultura e pecuária, massificando, uniformizando e acelerando a produção. Exalta-se, nesse período, a “modernização da agricultura”, condenando ao “desaparecimento” aqueles que não adotassem esse modelo, eles seriam deixados para trás, desqualificados como “atrasados”. Amplia-se, com isso, a concentração da terra (Shiva 2003).

O desenvolvimento técnico/científico atrelado a esse modelo, recebeu altos investimentos financeiros de instituições internacionais, governos e corporações, fomentando uma estratégia técnica, política e econômica, por meio da qual Ciência, Estado e Mercado se interligam com o intuito de criar e difundir um pacote tecnológico para a agricultura. As grandes empresas multinacionais do agronegócio passam a controlar a produção e a comercialização de sementes (híbridas e geneticamente modificadas), insumos (fertilizantes químicos e agrotóxicos) e máquinas (Goodman, Sorj & Wilkinson 1990).

Desse modo, as biotecnologias, associadas às monoculturas, foram fomentadas por institutos de pesquisa, públicos e privados, e difundidas pela extensão técnica. Ingressando no século XXI, esse sistema agrícola e alimentar foi ampliado através do domínio de oligopólios dos impérios agroalimentares que controlam a produção, o processamento e a distribuição de alimentos em âmbito mundial, bloqueando a autonomia alimentar das comunidades locais (Ploeg 2008). Esse modelo prossegue “com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas”, além de se alicerçar no trabalho precarizado (Haraway 2016: 144). Ocorre assim um aceleração e uma ampliação do padrão de agricultura moderna/colonial, perpetuando a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Estabelecido com velocidade, escala e sincronicidade, esse padrão agrícola gerou graves problemas sociais e ambientais, dentre os quais está a concentração de terras, o desmantelamento de comunidades rurais, a intensificação do êxodo rural – com sequelas que são visíveis no espaço urbano pela exclusão social –, a perda da biodiversidade, a ampliação das áreas desertificadas, a contaminação dos alimentos – gerando graves problemas de saúde⁴ –, entre outros (Zanoni 2004). Além disso, os efeitos dessas ações são a enorme carga de produtos tóxicos, o esgotamento de lagos e rios, a poluição dos mares, a simplificação dos ecossistemas e o genocídios de pessoas e outros seres. As suas consequências passaram a ser sentidas mais intensamente a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, momento no qual as crises sociais e ecológicas passaram a ser discutidas publicamente.

Na próxima seção, analiso as resistências de mulheres camponesas aos processos da colonialidade do saber, do poder e do ser. Em seguida, discuto as possibilidades que a

⁴ Uma análise dessa questão é apresentada nos documentários, produzidos pelo cineasta Silvio Tendler, intitulados “O veneno está na mesa I” (2011) e “O veneno está na mesa II” (2014). Disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

agroecologia abre para compreendermos as agriculturas diversas, ligadas aos conhecimentos dos povos e dos ecossistemas.

Descolonizando as relações de gênero: as resistências de mulheres camponesas

Há uma correlação entre a configuração colonial do domínio e do controle daquilo que foi definido como natureza e dos corpos das mulheres, através da “introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza” e “do conceito moderno de gênero” (Lugones 2014: 938). Sobre esse aspecto, Anna Tsing (2015: 186) argumenta que “tanto as mulheres quanto os grãos foram confinados e manejados para maximizar a fertilidade”. Para Maria Lugones (2014: 938), a normatividade que se estabeleceu entre gênero e civilização, no colonialismo e na colonialidade, “concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, dos saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos”, subjugando os conhecimentos dos diversos povos. Além disso, a instituição colonial criou as formas de propriedade privada e herança, nas quais o patriarca passa a ser o representante do Estado no nível da unidade doméstica.

Assim, na história que marca a modernidade e suas instituições, as mulheres foram excluídas de uma série de direitos. Essas desigualdades são acentuadas quando consideramos a interseccionalidade de gênero, raça e classe (Crenshaw 2004), demonstrando que classificações sociais hierárquicas se sobrepõem e se cruzam, pois estão profundamente enraizadas nas estruturas, nas instituições e nas normas legais coloniais.

A partir do colonialismo, foi efetuada a divisão sexual, racial e internacional do trabalho, que acarretou a classificação hierárquica entre tarefas consideradas produtivas ou reprodutivas, provocando a separação entre as atividades remuneradas e gratuitas e a cisão entre os espaços público e privado. Desse modo, o trabalho doméstico e as práticas de cuidado, foram atribuídas como de responsabilidade exclusiva das mulheres, provocando a desvalorização de seu trabalho e um sexismo institucionalizado (Federici 2017).

No século XXI, ainda persistem desigualdades notórias entre homens e mulheres no que se refere a questões sociais, econômicas, políticas e culturais. A renda das mulheres, por exemplo, é significativamente menor que a dos homens, o ingresso delas na representatividade do poder político institucional é limitado e são elas que mais sofrem com a violência doméstica e pública, física e simbólica. No espaço rural, em contextos camponeses, o trabalho das mulheres passou a ser associado ao cuidado da casa e de seus arredores, à responsabilidade

pelas atividades domésticas, à incumbência com as crianças, os idosos e os doentes, à preparação da comida, ao zelo pela saúde dos familiares, ao manejo da horta e dos pequenos animais, à produção para o autoconsumo etc. Em oposição, está o trabalho realizado pelos homens, atrelado à produção destinada à comercialização. Mesmo que as mulheres produzam alimentos para o consumo familiar e para a venda, suas atividades nesse espaço, em geral, são invisibilizadas (Paulilo 2004).

Apesar da evidente importância da atuação das mulheres na agricultura camponesa, diversos estudos têm demonstrado o quanto são invisibilizadas e desvalorizadas, ainda que elas exerçam, em muitos casos, uma dupla e extensa jornada nas lavouras, nos roçados e afazeres domésticos (Paulilo 2004; Siliprandi 2011; Boni et al. 2017). Em geral, elas começam a trabalhar ainda crianças nas atividades de cuidado das(os) irmãs(os) menores, do auxílio de tarefas na casa e no quintal. Emma Siliprandi (2011) chama atenção para a necessidade de se levar em consideração os nexos existentes entre o trabalho que produz valor de troca para o mercado e as atividades consideradas como de reprodução (trabalho doméstico, de cuidados, de autoconsumo), pois ambos são essenciais para as famílias camponesas. Contudo, isso não quer dizer que as relações de poder imbricadas nessas atividades não devam ser questionadas ou revistas, pois essa classificação hierárquica tem significado a atribuição exclusiva às mulheres do trabalho doméstico/reprodutivo e, na grande maioria dos casos, isso acarreta uma dupla jornada para elas. A naturalização dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, produz desigualdades que, em muitos casos, têm significado a subordinação e a invisibilidade delas na agricultura (Brumer & Paulilo 2004).

No que concerne ao acesso à terra, essa desigualdade se reproduz, visto toda uma lógica de obtenção da propriedade privada que é patriarcal, ligada a leis que perpetuaram o pátrio poder. No caso do Código Civil brasileiro, de 1916 (vigente até 2002)⁵, somente os homens (pais e/ou maridos) eram considerados “chefes” e administradores do patrimônio das famílias – visão centrada na propriedade privada. A partir da Constituição de 1988, em alguma medida, essa realidade começou a ser alterada, pois foi estabelecido o direito legal à terra para as mulheres e a titulação conjunta para casais que tenham sido favorecidos pela política de reforma agrária. No entanto, ainda se verifica, na distribuição de terras por heranças, entre as famílias camponesas, privilégios para os filhos homens enquanto as filhas mulheres são preteridas

⁵ Esse código de conduta civil continha um conjunto de cláusulas patriarcais, entre elas podemos citar o artigo 233 que versava sobre a chefia da sociedade conjugal e representação legal da família ser responsabilidade do marido.

(Paulilo 2004). De acordo com Carmen Deere (2004), nos últimos anos, os projetos de reforma agrária no Brasil, adotaram a titulação conjunta da terra, contudo, os títulos ainda estão majoritariamente no nome dos homens. O que chama a atenção nessa questão é que, mesmo quando se trata de políticas progressistas, como a da reforma agrária, a parcela de mulheres beneficiárias é relativamente baixa.

No Brasil, ao longo dos anos 1980, as mulheres camponesas organizaram uma série de movimentos sociais para reivindicar direitos trabalhistas, como aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença; pleitear a titulação conjunta dos lotes nas políticas de reforma agrária; demandar o acesso ao crédito específico para elas e denunciar as situações de violência doméstica e estrutural as quais estão expostas. Cabe mencionar que elas foram reconhecidas como agricultoras somente com a Constituição de 1988, antes disso, elas eram nominadas como “do lar” (Paulilo 2004). A conquista da igualdade legal e formal, contudo, não significou que os direitos conquistados tenham sido imediatamente implantados e assegurados, visto que a sua regulamentação e efetivação foi motivo de muitas outras manifestações (Siliprandi 2011). Foi preciso contestar instituições que, em alguns momentos, dificultavam o reconhecimento dos direitos conquistados pelas mulheres, impedindo o seu acesso autônomo às políticas públicas.

No que concerne à assistência técnica oferecida por empresas públicas e privadas às(aos) camponesas(es), observa-se que essas intervenções tendem a reforçar as hierarquias dos papéis de gênero, masculinos e femininos, na medida em que, para as mulheres, são oferecidos cursos de culinária, saúde da família e artesanato, enquanto que, para os homens, disponibilizam-se cursos relativos ao uso de tecnologias industriais e de administração rural. Sobre esse aspecto, Siliprandi (2011) aponta para a necessidade da desconstrução das concepções de masculinidade e de feminilidade, fortemente presentes no espaço rural e nas instituições.

Visando avançar na obtenção de direitos e no reconhecimento, os movimentos sociais de mulheres camponesas passam a participar, em número crescente, de sindicatos de trabalhadoras(es) rurais e a criar organizações autônomas como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Algumas dessas organizações se unificaram, na década de 2000, sob a denominação de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se integrou à Via Campesina (Boni et al. 2017). Além disso, constituíram-se grupos e movimentos específicos, como o das quebradeiras de coco babaçu, das pescadoras artesanais, das indígenas, das quilombolas, entre outros (Siliprandi 2011). Um marco dessas organizações é a Marcha das Margaridas, que ocorre desde o ano 2000 – prestando homenagem à líder sindical, trabalhadora

rural, Margarida Alves, da Paraíba, assassinada em 1983 –, reunindo, a cada quatro anos, aproximadamente 100 mil mulheres camponesas de todo o país, em Brasília (Siliprandi 2011). Esses coletivos passaram a reivindicar também o direito à políticas produtivas – como as de crédito, de assistência técnica etc. – ampliando a discussão sobre gênero, demandando mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando a sua falta de representatividade e denunciando a violência doméstica e pública. Nos últimos anos, foram implementadas algumas políticas públicas para as mulheres camponesas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF/Mulher); a obrigatoriedade da titulação conjunta na criação dos assentamentos da reforma agrária ou o admissão de mulheres solteiras como beneficiárias do acesso à terra, a assistência técnica produtiva, dentre outras (Siliprandi 2011). Mesmo com os avanços em termos de políticas formais, elas enfrentam obstáculos tanto na vida cotidiana como na vida pública, dentre os quais podemos citar a invisibilidade de seus modos de vida. Cabe referir que, as resistências das mulheres camponesas nem sempre aparecem no espaço público, pois muitas vezes se desenvolvem no cotidiano das comunidades, expressando o que Lugones (2014: 949) denomina como “infrapolítica”, manifesta pela “subjetividade ativa”, das atividades criativas de “ser-sendo” e “ser-sendo-em-relação” com outras, contrapondo-se à colonialidade do poder, do saber e do ser.

Tendo em vista os aspectos acima elencados, observa-se que a agricultura colonial, moderna e industrial relegou as mulheres camponesas a um espaço subalterno, desconsiderando suas existências e seus conhecimentos. Em contraste, as proposições da agroecologia – enquanto ciência, prática e movimento – abrem possibilidades de tornar visível a contribuição delas nos espaços de vida rurais. Alguns estudos têm demonstrado que são, principalmente, as mulheres camponesas que iniciam as práticas de agroecologia por estarem mais envolvidas com as questões que foram desvalorizadas pela colonialidade e pelo capitalismo, a saber, as práticas de cuidado, saúde e alimentação das comunidades rurais.

Agroecologia e a (re)conexão dos povos à terra

A diversidade, biológica e social, se amontoa defensivamente em margens despercebidas (Tsing 2015: 193).

Proponho pensar a agroecologia enquanto possibilidade de descolonizar o padrão de agricultura moderno, colonial, baseado na *plantation* e nas *commodities*, centrada na

monocultura e na exploração do trabalho, dos corpos e da natureza. A agroecologia passa a ser articulada nos anos de 1970, a partir de diferentes movimentos sociais camponeses, enquanto uma “reação aos modelos agrícolas depredadores” (Leff 2002: 37), no enfrentamento ao avanço do controle da terra pelas corporações transnacionais e por empresas nacionais. Nesse período, os setores ligados ao capital financeiro nacional e internacional passaram a intensificar o processo de transformação da terra em «recursos» e mercadorias, através dos monocultivos, da construção de grandes projetos como as hidrelétricas e o avanço da mineração, fortemente apoiados por políticas e legislações de Estado (Rosset & Martinez Torres 2016).

A agroecologia constitui-se em uma experiência complexa, que não está pautada na lógica do mercado – mesmo que as(os) camponesas(es) produzam e comercializem –, mas está composta por práticas que geram nutrição, bem-estar, qualidade de vida e mecanismos de autonomia e emancipação (Siliprandi 2015). As comunidades camponesas cultivam uma diversidade de alimentos, a partir de variedades de sementes locais, adaptadas aos seus ecossistemas, que integram práticas alimentares milenares transmitidas entre as gerações. As tecnologias camponesas refletem as cosmovisões complexas de inter-relações entre humanos e extra-humanos, enquanto formas que se contrapõem ao modelo das *plantation* imposto pelo colonialismo eurocentrado.

Sugiro pensar a agroecologia como práticas de ciências (com c minúsculo) experimentais, nos termos de Isabelle Stengers (2017: 5) ligada à noção de rizoma, que conecta “modos heterogêneos de dar sentido aos habitantes da Terra”. É, portanto, na ecologia política, enquanto práticas dos movimentos de reativar, recuperar e regenerar – aquilo que foi envenenado pelas monoculturas das *plantations* e da modernização/industrialização da agricultura – aquilo de que fomos separados, da terra, das relações com os seres extra-humanos e reconhecer o caráter animado da Terra que respira.

A construção dos saberes em agroecologia aproxima e integra os movimentos sociais e os conhecimentos camponeses aos acadêmicos. Essas relações podem ser associadas ao que é proposto por Anna Tsing (2015, 2019), que ressalta que a biodiversidade é criada pelas práticas cotidianas, nas quais os povos e as comunidades tradicionais a estimulam por meio do manejo das paisagens, espalhando sementes, produzindo a interdependência entre espécies que nos dão a vida na Terra⁶. São, portanto, as práticas de ressurgência, criadas por muitos organismos, que forjam assembleias de habitabilidade multiespécies (Tsing 2019).

⁶ Um exemplo de sistematização de experiências de agroecologia pode ser visualizada na Revista Agriculturas, publicada pela AS-PTA (Associação de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a promoção do Desenvolvimento

Como proposta de ciência, prática e movimento, a agroecologia, abre possibilidades de compreendermos outros modos de existir, em que se colocam em relação socialidades mais que humanas, em paisagens multiespécies, vinculando uns as vidas dos outros, de forma variada (Tsing 2019). Permite assim criar, o que Donna Haraway (2016: 141) designou como união de “forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis”, em um “renovado florescimento generativo”.

Dessa maneira, a agroecologia pode ser vista como uma forma de (r)existência, que permite reconhecer as pluralidades de experiências e conhecimentos de povos, podendo ser compreendida como uma ecologia de saberes (Santos 2007) e das práticas (Stengers 2018) pois designa uma “constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas”, ligadas a diferentes espaços e povos (Leff 2002: 37). Trata-se de uma perspectiva que busca reestabelecer as conexões entre humanos e extra-humanos, reintegrando os vínculos com os ecossistemas, que eram a base das práticas agrícolas ancestrais e que foram rompidas com o advento da agricultura colonial e moderna. Emma Siliprandi (2015: 25) considera a agroecologia “como um conjunto de conhecimentos voltados à construção de uma agricultura sustentável que atenda simultaneamente a critérios sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais”. Ela pode ser conectada às inúmeras formas de agri-culturas no mundo, nas quais a biodiversidade não se opõe ao fazer agrícola, pois nelas são estabelecidas relações tecno(eco)lógicas nos ecossistemas, envolvendo uma relação simbiótica entre água, solo, plantas, animais e humanos. Nessa compreensão, as agriculturas compõem as florestas, nos quais habitam inúmeros seres, onde se produz alimentos, fertilizantes, remédios etc. (Shiva 2003).

Atualmente, crescem as iniciativas agroecológicas que, de forma mais ou menos silenciosa, constroem formas de (r)existências e propõem alternativas às monoculturas e à destruição ambiental massiva. Nesse cenário, são os saberes dos povos camponeses e suas interações com os ecossistemas locais que voltam a ser valorizados, resgatados, (re)conhecidos e compartilhados, interrelacionando humanos e extra-humanos. Isso significa que os conhecimentos locais das famílias camponesas se convertem em elementos-chaves da agroecologia (Rosset & Martinez Torres 2016). As comunidades camponesas constroem modos de (r)existência na formação de grupos de interconhecimento, na produção de alimentos, na

Rural Sustentável no Brasil). A revista “tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas de promoção da agroecologia desenvolvidas por famílias e organizações camponesas no Brasil e em outros países, sobretudo da América Latina” (<https://aspta.org.br/revista-agriculturas/sobre-a-revista/>).

relação com os outros seres, nas sociabilidades de parentesco e de vizinhança. Sendo assim, possuem formas de organização social, reafirmando projetos comuns de coexistência (Godoi, Menezes & Marin 2009). Suas agri-culturas estão intimamente relacionadas aos ecossistemas e baseadas em circuitos curtos e descentralizados de consumo e comercialização de alimentos. Em contraposição, o agronegócio (representado pela agricultura colonial, capitalista e empresarial) está baseado nas cadeias longas de comercialização e consumo, altamente centralizadas, constituídas pelos impérios alimentares compostos por corporações transnacionais que controlam a produção, o processamento e a distribuição de alimentos (Ploeg 2008).

Na paisagem de lutas das mulheres camponesas pela agroecologia está o ecofeminismo⁷ (a interface entre feminismo e ecologismo), que vem se constituindo, desde a década de 1970, como movimento teórico e prático que partilha do reconhecimento da necessidade de transformações das relações humanas com a natureza, desde uma perspectiva não sexista e de valorização de todos os seres existentes, humanos e extra-humanos (Mies & Shiva 1993). A crítica produzida pelo ecofeminismo atribui à violência que se estabeleceu sobre os animais e as plantas, como semelhante àquela que incidiu sobre as mulheres de diferentes povos. Como apresentei acima, essa violência foi perpetrada, pela sociedade colonial/moderna/ocidental/patriarcal, na qual o homem branco se instituiu como modelo de ser, razão e civilização, propagando o antropocentrismo, o etnocentrismo e o especismo (Siliprandi 2015).

Ainda que a proposta da agroecologia se configure como uma crítica potente à agricultura de *plantations*, das monoculturas e da exploração do trabalho, podem ocorrer reproduções do modelo social hegemônico no modo como essa proposta se estabelece no contexto da Ciência (com C maiúsculo), replicando padrões epistêmicos masculinos na produção do conhecimento científico nesse campo e também invisibilizando as práticas e os conhecimentos de mulheres camponesas nas agriculturas, aspectos que foram apontados por Héloïse Prévost (2019). Tal fato é observado também quando, por exemplo, na representatividade dos movimentos sociais camponeses, que discutem a agroecologia e mesmo no interior da ciência agroecológica, as mulheres possuem pouca visibilidade em razão de relações patriarcais ainda bastante arraigadas. A invisibilidade das mulheres na agroecologia ocorre, conforme Emma Siliprandi (2015), em razão do modo como as unidades familiares

⁷ Não me deterei aqui em expor as diferenças internas do ecofeminismo, visto a brevidade do ensaio. Essa análise pode ser encontrada em Emma Siliprandi (2015).

estão organizadas, pois, em havendo ganhos econômicos e avanço na participação em espaços públicos, os homens acabam assumindo o protagonismo, o que faz com que as experiências cotidianas, o trabalho e o envolvimento das mulheres muitas vezes não sejam reconhecidos.

Perante essa invisibilidade, no III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em 2014, foi definido o lema “sem feminismo não há agroecologia”, em que as mulheres camponesas passaram a afirmar o objetivo do compartilhamento do trabalho doméstico e da produção, além de uma vida sem violência, garantindo-lhes “acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade” (Carta política do III ENA, 2014)⁸. As organizações de mulheres camponesas e outros movimentos sociais rurais – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos povos indígenas, dos quilombolas, entre outros, além da Via Campesina – têm incorporado questões ambientais nas suas pautas de reivindicações, levantando a bandeira da agroecologia como modo de vida e produção, que considera a relação entre sociedade e natureza, na produção de alimentos livres de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados e que conserve a biodiversidade e a soberania alimentar (Siliprandi 2015). Há, entre os coletivos de mulheres camponesas, ligadas à agroecologia, formas de identificar o que é bom ou nocivo, envolvendo práticas de cuidado, proteção e compartilhamento de experiências, através de formas de sentir, pensar e imaginar (Stengers 2017) outras agri-culturas.

Desse modo, a agroecologia passa a ser parte da luta por processos de recampesinização (Ploeg 2008) e de descolonização de práticas e conhecimentos.

Algumas considerações finais

Neste ensaio, propus uma análise do modelo de agricultura das *plantations*, que foi instituído com o colonialismo, inaugurando o sistema mundo colonial moderno – marcado pelas relações entre colônias (periferia) e metrópoles eurocentradas (centro). Esse padrão de poder é marcado pelo patriarcado, genocídio, escravização, e propriedade privada da terra.

O colonialismo estabeleceu hierarquias que inferiorizaram os conhecimentos ancestrais de distintas agriculturas pelo mundo, classificadas como obstáculo à produção monocultural de *commodities* para o mercado mundial. Estabeleceu a separação entre humanos e natureza, e esta última passou a ser manipulada e disciplinada de acordo com princípios de rentabilidade e

⁸ Disponível em:

<<http://www.enagroecologia.org.br/files/2014/05/Carta-Pol%C3%ADtica-do-III-ENA.pdf>>.

Acesso em: 18 set. 2020.

acumulação, vista como recurso. Também o controle dos corpos das mulheres compôs a violência colonial de gênero, associada à dimensão de discriminação interseccional de raça e classe.

Como enfrentamento ao plantationoceno, capitaloceno e antropoceno, e à colonialidade do poder, do saber e do ser –, a agroecologia é construída como possibilidade de valorização das agri-culturas dos povos e de suas formas de conhecimentos e práticas diversas, que permitem a reconexão entre humanos e extra-humanos, possibilitando construir processos de descolonização da agricultura monocultora das *plantations*. As mulheres camponesas têm um protagonismo central nessa (des) construção.

Referências

- BONI, V. et al. (orgs.). 2017. *Mulheres camponesas e agroecologia*. Curitiba: CRV.
- BRUMER, A. & PAULILO, M. I. 2004. “As agricultoras do Sul do Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, 12(1): 171- 174.
- CADENA, M. de la. 2018. “Natureza incomum: histórias do antropo-cego”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 95-117.
- CRENSHAW, K. 2004. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. In: VV.AA, *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.
- DEERE, C. D. 2004. “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira”. *Revista Estudos Feministas*, 12(1): 175-204.
- DUSSEL, E. 1993. *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- FEDERICI, S. 2017. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J. 1990. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus.
- GROSGOUEL, R. 2016. “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. *Sociedade & Estado*, 31(1): 25-49.
- HARAWAY, D. 2016. “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes”. *ClimaCom Cultura Científica*, 5: 139-146.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

- LATOURE, B. 2020. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- LEFF, E. 2002. “Agroecologia e saber ambiental”. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(1): 36-51.
- LUGONES, M. 2014. “Rumo a um feminismo decolonial”. *Revista Estudos Feministas*, 22(3): 935-952.
- GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de & MARIN, R. A. (orgs.). 2009. *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: NEAD.
- MIES, M. & SHIVA, V. 1993. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PAULILO, M. I. 2004. “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”. *Revista Estudos Feministas*, 12(1): 229-252.
- PLOEG, J. D. van der. 2008. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PREVOST, H. 2019. “Agroecologia, uma Ciência “Norma(l)cho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo”. *Cadernos de Ciências Sociais UFRPE*, II(15): 25-52.
- QUIJANO, A. 2005. “Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, pp. 117-142.
- ROSSET, P. M. & MARTINEZ TORRES, M. E. 2016. “Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales”. *Estudios Sociales*, 25(47): 275-299.
- SANTOS, B. de S. 2007. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- SHIVA, V. 2003. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Editora Gaia.
- SILIPRANDI, E. 2011. “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”. *Pensamiento iberoamericano*, 9: 169-183.
- SILIPRANDI, E. 2015. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- STENGERS, I. 2017. *Reativar o animismo*. Belo Horizonte: Chão de Feira.
- STENGERS, I. 2018. “A proposição cosmopolítica”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 442-464.

SVAMPA, M. 2019. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante.

TSING, A. L. 2015. “Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha Revista de Antropologia*, 17(1): 177-201.

TSING, A. L. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.

WALLERSTEIN, I. 2001. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

ZANONI, M. 2004. “A questão ambiental e o rural contemporâneo”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10: 101-110.